

DECRETO N º 082/2019

DATA: 19 de setembro 2019

SÚMULA: Dispõe sobre a **PERMISSÃO DE USO** de bem público a **ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA 1º DE MARÇO - AAFO**

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 102, § 3º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que o Município é proprietário do imóvel denominado: Parte do Lote Rural nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com área de 1.800m² (um mil e oitocentos metros quadrados), matrícula 5.634, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, com uma edificação de aproximadamente 937,85 m²;

Considerando a necessidade de dar efetividade à competência administrativa do Município de garantir a implantação de políticas locais;

Considerando que a não utilização do referido imóvel importa em ter que efetuar manutenção o que gera despesa desnecessária ao município;

Considerando que o município fornece alimentação para as redes de ensino;

Considerando que a Lei 11.947/2009, estabelece que 30% (trinta por cento) do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deva ser investido na compra de produtos da agricultura familiar;

Considerando que é diretriz da alimentação escolar o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, o que contribui para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar;

Considerando que a obtenção de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar visa a promover a melhoria da qualidade da alimentação nas Instituições Educacionais Municipais;

Considerando que a Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º De Março é a fornecedora dos produtos necessários e indispensáveis para a concessão de alimentação à rede de ensino;

Considerando que a Permissão de Uso irá proporcionar que a Associação possa continuar a fornecer seus produtos, bem como irá propiciar o fomento da agricultura familiar do Município;

Considerando o Poder Discricionário da Administração e que o artigo 102, § 3º, da Lei Orgânica do Município autoriza a permissão de uso, a título precário, por Decreto, de qualquer bem público:

DECRETA

Art. 1º - Fica deferida à **ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA 1º DE MARÇO - AAFO** a **PERMISSÃO DE USO** de bem imóvel assim descrito:

Duas salas situadas no prédio que abriga a Secretaria Municipal de Educação, uma medindo 46,06 m2 e outra 44,37 m2, sendo construídas no Lote Rural nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com área de 1.800m2 (um mil e oitocentos metros quadrados), matrícula 5.634, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

Art. 2º - O imóvel descrito no artigo anterior deverá ser usado pela permissionária para atividades da agricultura familiar.

§ 1º - Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora permissionada.

§ 2º - A destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida neste decreto deverá ser objeto de autorização específica do Município.

§ 3º - Não poderá a permissionária usar o bem de que trata este decreto para propaganda, notadamente de cunho político, religioso ou comercial.

§ 4º - A Permissão de Uso das salas objeto deste Decreto fica condicionada à assinatura do Termo de Permissão e às regras nele previstas.

Art. 3º - O permitente poderá revogar a permissão objeto deste decreto, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º - No caso de revogação da permissão, a permissionária deverá restituir o bem público em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da revogação, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º - A revogação desta permissão não importa em direito da permissionária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º - A presente permissão será outorgada por prazo indeterminado, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
PREFEITO MUNICIPAL